

DO SILENCIAMENTO À LIBERDADE: Trajetórias de Mulheres Lésbicas Idosas

Monica Franco Camargo¹

Universidade Salgado de Oliveira

Elisa Maria Barbosa de Amorim Ribeiro²

Universidade Federal da Bahia

Marco José de Oliveira Duarte³

Universidade Federal de Juiz de Fora

Maria Ângela Mattar Yunes⁴

Universidade Salgado de Oliveira

Resumo

O enfrentamento do preconceito ao longo da vida impactou significativamente as escolhas pessoais e os projetos de vida de mulheres lésbicas com mais de 60 anos. Essas mulheres lidam não apenas com experiências marcadas pelo estigma, discriminação e invisibilidade, mas também com a interseccionalidade de gênero, idade, orientação sexual e raça. Este artigo apresenta resultados sobre a identidade sexual de lésbicas 60+ e sua influência em suas trajetórias pessoais e em seus projetos de vida. Para tanto, realizou-se um estudo com o objetivo de descrever e analisar as trajetórias pessoais dessas mulheres à luz de seus contextos históricos e dos diversos atravessamentos vivenciados ao longo desse percurso. Foram realizadas entrevistas narrativas com ênfase nos eventos considerados relevantes pelas participantes e a influência da identidade sexual nos desfechos desses eventos. A análise dos dados foi baseada nos princípios da *Grounded Theory*. Tendo como pano de fundo as vivências das participantes durante a ditadura civil-militar-empresarial brasileira, entre 1964 e 1985, as análises revelaram a discriminação, a invisibilidade e o preconceito como elementos que atravessaram diferentes dimensões de suas trajetórias de vida.

Palavras-chave

Mulheres; Lésbicas; Idosas; Trajetória Pessoal.

¹ Mestrado - Universo 2025 mocamargo.1961@gmail.com <https://orcid.org/0009-0002-1174-1747>

² Doutorado UFBA 2015 ribeiro.emba@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-4550-454X>

³ Pós-Doutor PUC Salvador 2016 marco.duarte@ufff.br <https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>

⁴ Doutorado PUC - São Paulo, 2011 mamyunes@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-4653-3895>



Introdução

Os estudos sobre lésbicas idosas ampliaram seu foco inicial nas desigualdades do atendimento em saúde e passaram a investigar também como o envelhecimento e a exposição prolongada à homofobia afetam a saúde mental (Vale & Bisconti, 2022; Lampe et al., 2024). Pesquisas mais recentes também reconhecem os desafios enfrentados por minorias sexuais mais velhas ao envelhecerem em sociedades heteronormativas e preconceituosas (McParland & Camic, 2016; Stinchcombe et al., 2018). Nesse contexto, mulheres lésbicas idosas relatam maior isolamento e apresentam índices mais elevados de depressão e ansiedade do que mulheres heterossexuais (Martinez et al., 2024; Masa et al., 2024; Hsieh & Liu, 2021).

Mulheres lésbicas com 60 anos ou mais experimentaram ao longo da vida um estado persistente alimentado por estigma, preconceito e discriminação recorrentes. Esse processo de marginalização ocorre em múltiplos níveis: vai da homofobia explícita e microagressões à falta de redes de apoio e políticas que, historicamente, criminalizaram ou patologizaram identidades LGBTQIA+. Essa realidade favorece a internalização do estigma, aprofundando o isolamento e a sensação de inadequação. A exposição contínua a esse contexto gera um estresse crônico que afeta não apenas a saúde mental, mas também a física, ampliando as desigualdades de bem-estar ao longo da vida (Vale & Bisconti, 2022).

Neste estudo, emprega-se a sigla LGBTQIAPN+ para designar pessoas e coletividades marcadas por distintas orientações afetivo-sexuais, identidades e expressões de gênero, bem como por variações das características sexuais. A sigla compreende lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não binárias; o sinal “+” indica a abertura para outras vivências e identificações não nomeadas explicitamente. Reconhece-se que essas nomenclaturas são históricas, politicamente disputadas e sujeitas a transformações (Facchini, 2002). Entretanto, para os fins deste estudo, será utilizada a categoria analítica L60+, referente a mulheres lésbicas com 60 anos ou mais, independentemente da denominação predominante em cada período histórico.

Essa delimitação etária ganha relevância diante do expressivo crescimento da população idosa no país. Dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2023a) indicam que as pessoas com 60 anos ou mais representam 15,8% da população nacional. Em

2022, a expectativa de vida ao nascer no Brasil foi de 75,5 anos (IBGE, 2023b). É justamente nesse contingente crescente de mulheres idosas que se inserem as lésbicas L60+, cuja trajetória remete a um contexto histórico particularmente adverso.

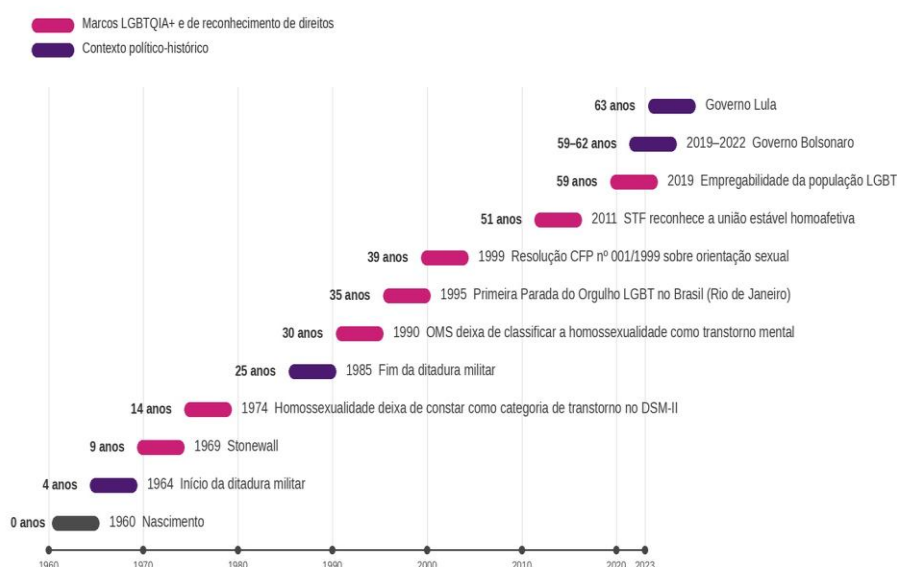
As mulheres L60+ brasileiras vivenciaram parte significativa da infância, adolescência e juventude durante a ditadura civil-militar-empresarial no Brasil, entre 1964 e 1985. Os períodos de repressão são especialmente importantes para este estudo, pois o regime militar buscou eliminar aqueles considerados contrários ou inadequados ao sistema, o que incluía pessoas homossexuais. As vivências desse período tiveram impacto significativo no desenvolvimento de sua personalidade, sexualidade, educação formal, formação acadêmica e inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a vivência prolongada em contextos de conflito pode ter limitado o desenvolvimento pleno das potencialidades individuais e profissionais das mulheres L60+, contribuindo para sua invisibilidade em uma sociedade fortemente marcada pela heteronormatividade⁵. Assim, os fatores sócio-históricos são fundamentais para uma análise aprofundada dessa trajetória, marcada por períodos de intensa repressão seguidos por conquistas como o direito ao casamento civil e à herança (Chaves & Britto, 2021).

⁵ Para Butler (2014), a heteronormatividade não deve ser entendida apenas como um valor cultural difuso, mas como parte de um conjunto de "regulações de gênero": normas que atuam produzindo e normalizando o masculino e o feminino, ao mesmo tempo em que demarcam quais corpos, desejos e identidades são socialmente inteligíveis e legítimos. Segundo a autora, o gênero "não é exatamente o que alguém 'é' nem é precisamente o que alguém 'tem'", mas sim o instrumento pelo qual essa construção e normalização se externam, articulando-se com dimensões cromossômicas, hormonais, físicas e performativas (Butler, 2014, p. 253). Nesse sentido, a heteronormatividade opera como uma matriz regulatória que estabelece a heterossexualidade como parâmetro compulsório, relegando à marginalidade e à invisibilidade social as vivências e identidades que dela se afastam — como é o caso das mulheres lésbicas L60+ analisadas neste estudo.

Figura 1

Linha do tempo 1960–2023

Referência etária: mulher nascida em 1960 (63 anos em 2023)



Fonte: elaboração própria

Essa trajetória pode ser mais bem visualizada na cronologia ilustrada na Figura 1, que destaca os principais marcos históricos que compuseram a experiência de uma mulher lésbica idosa brasileira, nascida em 1960 e com 63 anos em 2023.

Entre 1960 e 1985, o Brasil e outros países testemunharam movimentos sociais expressivos na luta por direitos humanos e liberdade sexual, marcados por eventos como Stonewall nos EUA e os protestos de 1968 na França (Silva & Jacobo, 2020). A cronologia do contexto social vivido pelas L60+ foi impactada pelo surgimento das DSTs (doenças sexualmente transmissíveis), com destaque à AIDS na década de 1980. Seu surgimento exacerbou a repressão sexual contra homossexuais, em especial os homens. Mas, a falta de menção direta às lésbicas e de medidas de prevenção a elas dirigidas, também promoveu o acirramento da repressão sobre sua comunidade.

Neste cenário de dupla marginalização — silenciadas pelo machismo dentro do movimento homossexual e invisibilizadas pelas políticas de saúde pública durante a epidemia da AIDS (Almeida, 2005) —, a década de 1980 configurou-se como uma intensa arena de disputas linguísticas e semânticas. Para o movimento lésbico-feminista, a linguagem operava não apenas como um meio de comunicação, mas como um campo de batalha político (Fernandes, 2018) onde "nomear-se"

representava uma estratégia essencial de sobrevivência.

Até então, o léxico disponível para descrever mulheres que amavam mulheres era estritamente médico, criminal ou pejorativo. O termo hegemônico era "homossexualismo", cujo sufixo "-ismo" era utilizado pela psiquiatria da época para denotar patologia, doença ou desvio. O movimento encabeçou a recusa desse jargão clínico ao resgatar a palavra "lésbica" (e sua etimologia ligada à ilha de Lesbos e à poeta Safo). Esse resgate foi um esforço deliberado para romper com o guarda-chuva do termo "homossexual" — que, historicamente, sempre priorizou a figura masculina — e forjar uma identidade própria, visível e autônoma (Lessa, 2007).

A partir desse movimento, a palavra "lésbica" transcendeu a descrição de uma prática sexual para se consolidar como uma posição política. A recepção de teóricas como Wittig (2022) e Rich (2010) no Brasil contribuiu para ampliar as possibilidades de compreensão da lesbianidade como posição política. Wittig (2022, p. 67) afirma que "lésbicas não são mulheres", formulação que questiona a categoria sociológica "mulher" tal como constituída no sistema de relações de poder entre homens e mulheres. A existência lésbica pode ser compreendida, à luz de Rich (2010), como uma forma de resistência à "heterossexualidade compulsória" e de questionamento das estruturas patriarcais.

No panorama brasileiro, essa virada materializou-se de forma muito peculiar através da apropriação subversiva de termos estigmatizados. O marco paradigmático dessa ação foi a fundação do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), em 1981, e a circulação de seu boletim, o *Chana com Chana* (Martinho, 2021). A escolha do vocábulo "chana" — outrora circunscrito como gíria marginalizada e chula para a genitália feminina — representou um ato político de reapropriação corporal e de rejeição aos eufemismos higienistas. De modo análogo, as ativistas iniciaram um processo de esvaziamento da carga violenta de xingamentos como "sapatão" e "fancha", convertendo-os progressivamente em códigos identitários de resistência e pertencimento.

Essa insurgência vocabular foi a resposta direta à repressão e ao silenciamento institucional. Ao forjarem e ressignificarem suas próprias palavras, as mulheres dessa geração — que hoje compõem o grupo das L60+ — construíram uma frente robusta de resistência contra uma sociedade que, em meio ao pânico moral suscitado pela AIDS (Almeida, 2005), relegado à condição de sujeitos politicamente descartáveis e

epidemiologicamente invisíveis.

A mudança de paradigma começou em 1974 com a decisão de excluir a homossexualidade da lista de doenças no DSM. Esse foi um passo significativo que deu início a um progresso lento, sendo seguida sua exclusão pela OMS apenas 16 anos depois, em 1990.

Posteriormente, difundiram-se propostas de “cura” ou de reversão da homossexualidade, baseadas na tentativa de modificar a orientação sexual de pessoas homossexuais. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia, por meio da Resolução CFP nº 001/1999, estabeleceu normas para a atuação profissional, vedando práticas que favoreçam a patologização da homossexualidade, ações coercitivas destinadas a tratamentos não solicitados e a colaboração com serviços que proponham seu tratamento ou cura (Conselho Federal de Psicologia, 1999).

Compreendida essa trajetória histórica, torna-se necessário situar teoricamente a noção de gênero que sustenta essas experiências. Falar sobre gênero é adentrar o campo de uma construção sócio-histórica e político-cultural, em que disputas materiais e simbólicas resultam nas definições de identidade e de funções sociais. Essa abordagem compreende o gênero como uma produção cultural, e não como uma consequência automática do sexo biológico. Butler (2010) problematiza a ideia de uma correspondência natural e necessária entre sexo e gênero, mostrando que essa relação é sustentada por normas que organizam o gênero em termos binários. Essa perspectiva encontra fundamentação na Teoria Sócio Construcionista de Gergen (1985), que sustenta pesquisas nessa área por meio de premissas centrais como o antiessencialismo, o antirrealismo e a ênfase na linguagem como elemento fundamental na construção dos sujeitos e das narrativas sociais. Para Gergen, o construcionismo social foca em compreender os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e interpretam o mundo em que vivem, incluindo a si mesmas, destacando que essas descrições não são meros reflexos da realidade, mas construções sociais resultantes das interações humanas (Gergen, 1985, p. 266).

Se o gênero é uma construção histórica e relacional, as dimensões do preconceito e da hierarquia que dele derivam também o são, manifestando-se de maneiras distintas conforme o contexto temporal e espacial. Por essa razão, a noção de interseccionalidade revela-se fundamental para a elaboração de análises que considerem como diferentes relações de poder e desigualdade podem se articular na

produção de experiências sociais específicas. Crenshaw (1991), ao analisar particularmente as interseções entre raça e gênero, demonstra que determinadas experiências de mulheres não podem ser compreendidas adequadamente quando esses marcadores são examinados de forma isolada. Posteriormente, Cho et al. (2013) ampliaram essa discussão ao compreender a interseccionalidade como uma perspectiva analítica voltada à investigação das relações dinâmicas entre categorias sociais e estruturas de poder.

Dentro desse cenário interseccional, a invisibilidade pode ser compreendida não apenas como ausência de reconhecimento, mas também como efeito de enquadramentos sociais que deixam determinadas experiências à margem quando seus marcadores são tratados de forma isolada (Crenshaw, 1991). No presente estudo, ela aparece de forma ambígua: como efeito de preconceito, indiferença e silenciamento do entorno social e, nos relatos das participantes, também como estratégia de autoproteção diante dos riscos e ameaças sociais. Moretti-Pires e Grisotti (2022) mostram como a heteronormatividade, o silêncio institucional, o currículo oculto e a vigilância podem produzir processos de invisibilização de pessoas LGBTI+, enquanto DeFrancisco e Palczewski (2007) permitem compreender como a comunicação e instituições como família, educação e religião participam da constituição e da regulação do gênero. No caso específico das mulheres L60+, essa condição pode ser atravessada pela articulação entre sexismo, lesbofobia e etarismo, além de experiências de isolamento no interior da própria comunidade LGBT. Assim, a invisibilidade social manifesta-se quando indivíduos ou experiências são ignorados, deslegitimados ou não reconhecidos nas relações sociais, podendo assumir diferentes formas conforme os contextos históricos e culturais. Alves (2010) argumenta, nesse sentido, que a inscrição geracional delimita as formas possíveis de “ser homossexual” em cada época, reforçando que a experiência das L60+ é distinta da vivida pelas gerações mais novas.

Sendo assim, o **objetivo** deste estudo foi compreender os atravessamentos da orientação sexual na trajetória de L60+ e suas possíveis interfaces com marcadores de gênero e idade.

Metodologia

Esse estudo adota uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, orientada pelo paradigma sócio construcionista, que enfatiza as narrativas das histórias pessoais, considerando-as tanto uma prática inerente à condição humana quanto uma prática social, além de dar ênfase aos processos sociais e históricos na análise das trajetórias individuais.

As participantes pertenciam à classe média e tinham acesso a recursos como educação, moradia e tecnologia. Tentativas de localizar L60+ em situação de vulnerabilidade social por meio de ONGs e serviços públicos não obtiveram sucesso.

Participantes

O estudo contou com a participação de 13 mulheres lésbicas idosas, com idade média de 67,5 anos.

No presente estudo, a opção metodológica de bola de neve justifica-se diretamente pelas características da população investigada. Como discutido anteriormente, as mulheres L60+ vivenciam um processo histórico de invisibilidade social, atravessado pela interseccionalidade entre etarismo, sexismo e homofobia, o que as torna um grupo pouco documentado, disperso e, por vezes, reticente em se expor publicamente. Nesse contexto, não existe um cadastro, lista ou registro que permita compor uma amostra dessa população, o que torna a bola de neve não apenas conveniente, mas metodologicamente mais adequada para alcançar sujeitos que, de outra forma, permaneceram inacessíveis à pesquisa (Noy, 2008).

O processo teve início a partir da identificação de informantes-chave, denominadas sementes: mulheres L60+ com perfil compatível com os critérios da pesquisa, localizadas por meio de indicação de coletivos lésbicos. A escolha de sementes provenientes de redes diversas foi um cuidado metodológico intencional, uma vez que sementes oriundas de um único círculo social tendem a gerar cadeias de referência mais homogêneas entre si, limitando a variedade de trajetórias e discursos acessados pela pesquisa (Vinuto, 2014).

Sendo assim, iniciou-se uma cadeia de indicações sucessivas: ao final de cada entrevista, solicitava-se à participante que indicasse outras mulheres de seu convívio que atendessem aos critérios do estudo (ter 60 anos ou mais e se autodeclarar lésbica), configurando ondas ou gerações de referência que ampliaram

progressivamente o quadro amostral (Oliveira et al., 2021). Esse desenho apresenta uma vantagem ética relevante para populações estigmatizadas: por ser mediado por alguém de confiança da rede da participante, o convite à pesquisa pode ser recusado de forma mais discreta — diante da intermediária, e não diretamente diante da pesquisadora —, o que reduz o constrangimento e favorece a adesão voluntária (Vinuto, 2014; Oliveira et al., 2021). O encerramento da coleta seguiu o critério de saturação, isto é, o ponto em que as novas indicações deixaram de agregar participantes ou informações inéditas ao quadro de análise, sinalizando que a rede de contatos acessível havia sido suficientemente explorada (Vinuto, 2014).

Instrumento de coleta de dados

Foram realizadas entrevistas narrativas sobre a história de vida com ênfase no contexto familiar, educacional e profissional no período histórico dos eventos experienciados e na trajetória afetiva sexual.

Procedimentos éticos e de coleta de dados

O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universo (CAAE 75000923.0.0000.5289). As participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas foram conduzidas individualmente pelo Google Meet, com gravação autorizada pelas participantes e duração média de 60 minutos.

Procedimento de análise

As gravações foram transcritas por meio do software Requalify. A análise seguiu os preceitos da Teoria Fundamentada nos Dados (Grounded Theory), na vertente construtivista de Charmaz (2014), com apoio do software Atlas.ti (versão 24) para a codificação das falas das participantes.

Resultados e Discussões

As narrativas das histórias de vida das L60+ são apresentadas nesta seção de acordo com as categorias analíticas identificadas e construídas: a sensação presente de repressão cívico-religiosa; o sentimento de rejeição familiar; quem sou e o que querem que eu seja; sendo mulher e sendo lésbica; desaparecendo para existir; e os limites da rede de apoio. Embora tratadas separadamente para fins de organização analítica, essas seis categorias dialogam entre si ao longo de toda a trajetória de vida das entrevistadas, compondo um percurso que se inicia na infância, sob repressão política e religiosa, e se estende até a velhice, marcada tanto por conquistas de autonomia quanto por novas formas de isolamento.

Categoria 1: A sensação presente de repressão cívico-religiosa

Essa categoria descreve experiências das L60+ em diferentes momentos da infância, adolescência e juventude, no contexto de repressão política da ditadura militar associada aos padrões da moralidade cristã. A maioria das entrevistadas não abordou espontaneamente as adversidades enfrentadas durante o período da ditadura militar. As respostas obtidas foram predominantemente vagas, frequentemente associadas à pouca idade que muitas participantes tinham naquele período, resultando em memórias e compreensão limitadas desses acontecimentos. Tais falas podem ser compreendidas à luz das estruturas opressivas vigentes naquele contexto histórico, percebidas e vividas também no ambiente familiar. Nos relatos, o medo aparece associado à repressão política e social e às questões de religião e sexualidade. Mesmo sem compreenderem plenamente os acontecimentos, as participantes relatam ter percebido, desde cedo, referências normativas sobre o que era considerado certo ou errado. Desde a infância, o silêncio aparece nos relatos como um elemento recorrente das experiências de opressão.

Papai era do sindicato, ... Ele passou uma época que ele foi afastado... Ele era comunista. ... Minha avó pediu pra papai queimar um bilhete do Luiz Carlos Prestes... E eu me lembro dele agachado, queimando. Eu tinha seis anos por aí, mas eu ouvia muitas conversas...(Luciana 65 anos)

Aliás, era a época da censura, né? A censura da ditadura. ... Até mesmo as novelas, tinham beijo, mas não era toda hora. Então era assim, ... eu sabia — e não só eu, como a minha amiguinha —, a gente sabia que ninguém podia ver a gente se beijando. Nós sabíamos que alguma coisa estava errada, mas a gente queria. (Diva, 68 anos)

As experiências de repressão descritas pelas participantes, ainda pouco compreendidas por elas naquele período, antecedem a segunda dimensão identificada nas narrativas: o modo como a família de origem reagiu, mais tarde, à manifestação da sexualidade lésbica de cada entrevistada.

Categoria 2: O sentimento de rejeição familiar

A estrutura familiar de origem caracterizava-se pela presença de pai, mãe, irmãos, primos e avós, com intensa interação intergeracional — contrastando com a atual tendência de núcleos familiares mais reduzidos. As entrevistadas, em sua maioria, mantiveram-se vinculadas às famílias de origem até estabelecerem casamentos heterossexuais ou alcançarem autonomia financeira. A convivência familiar, conforme os relatos, apresenta um padrão de interações com falhas na comunicação, rejeição e afastamento emocional, ao qual se somam o apagamento identitário e atos de violência e abuso. Em casos extremos, medicações psicotrópicas foram empregadas como mecanismo de contenção de comportamentos indesejados, como o de se identificar como lésbica.

As relações familiares eram caracterizadas por dificuldades significativas na comunicação interpessoal, com ênfase particular na questão da identidade sexual. O comportamento parental era marcado por um silêncio constante, acompanhado de discriminação e distanciamento afetivo. Nos depoimentos coletados, as memórias relacionadas à família de origem e à descoberta da sexualidade evidenciaram, predominantemente, vivências de isolamento, opressão e violência, tanto físicas como psicológicas. Nas raras ocasiões em que o tema surgia, manifestava-se sobretudo por meio de censuras e repreensões. Em alguns casos, as lésbicas, após serem expulsas da casa dos pais, encontraram acolhimento com tias ou avós.

Eu fui criada com a minha avó, pois minha mãe não me quis... Minha avó tinha 49 anos de diferença, e depois que ela morreu quem cuidou de mim foi minha tia... quer dizer, era outra pegada, eu era o cão chupando manga, eu era muito levada na infância. (Sonia, 68 anos)

O relato acima evidencia uma trajetória marcada pelo afastamento materno e pelo cuidado assumido por outras mulheres da família, inicialmente a avó e, posteriormente, a tia. Em outros relatos, as reações familiares à sexualidade lésbica assumiram formas mais explícitas de controle, retaliação e privação de liberdade.

E aí, quando eu terminei o relacionamento, ela passou a mão no telefone, chamou a minha mãe e falou, ó... Então, aí veio a retaliação por parte da minha mãe. Que barra! Aí eu fiquei um tempo presa dentro de casa, não podia ir pra lugar nenhum. Eu tinha que me submeter aos desejos, ao pensamento dela. Foram 2 anos presa. (Cláudia, 63 anos)

E meu pai lutou na guerra, né? Então “toma-lhe” remédio nele. Quando eu ficava nervosa e quando eu comecei aqui, a ter alguma reação de alguma coisa, minha família fez com que eu tomasse também o remédio dele. Eu vivi a vida inteira assim. E enfrentava isso, enfrentava aquele tombo, dizer na minha vida, essas coisas todas. Quando a gente tinha algum problema na rua, ele dizia, ó, vem para casa, largue o trabalho que está incomodando. A gente tem comida aqui, não enfrenta nada não... (Tania, 73 anos)

O relato acima evidencia papéis específicos assumidos no contexto familiar. Na configuração das famílias no momento atual, observam-se diferentes arranjos domiciliares: algumas lésbicas idosas residem com filhos, outras com parentes mais velhos ou com suas parceiras. Nos casos em que há familiares que demandam cuidados, nota-se que a parceira frequentemente mantém residência separada.

Eu moro com meus filhos... uma filha que tem filhos e netos... e eu tenho uma outra que tá aqui por motivos financeiros... ela é casada e tá aqui porque ela tem três meninas. (Rosa, 67 anos)

Eu sou de uma família de oito irmãos hoje. Perdi dois irmãos. Tem uma irmã especial que vive comigo. Na verdade, foi depois que meus pais faleceram, meu pai tem 40 anos falecido, minha mãe tem 30 que faleceu. E como eu fui a solteira da turma, vamos dizer assim, acabou que ficou comigo. Então eu sou tutora legal dela, ela gruda comigo até hoje. (Zuleika, 68 anos)

Foram raros os momentos em que a família original se manifestou abertamente sobre a sexualidade lésbica. Quando ocorreram, essas manifestações se caracterizaram por retaliação, agressão e forte repressão.

Uma vez eu tinha cortado (o cabelo) escondido dele, nunca mais me esqueci disso, eu tinha cortado escondido dele o meu cabelo num tamanho mais ou menos desse que tá aqui agora... assim que ele chegou em casa ele explodiu comigo... “Fica cortando o cabelo desse tamanho... Por isso que falam coisas a seu respeito”. (Gabriela, 65 anos)

Além da repressão direta, as entrevistas revelam diversas situações de violência doméstica, bullying e agressões, tanto no ambiente familiar de origem quanto em relacionamentos com companheiras.

Nós fazíamos palestras sobre violência doméstica. E eu estava vivendo isso. ... Porque ela dava tapa em mim, quando ela bebia. E eu chorava, eu dizia, vou embora. Aí eu ia pra casa da minha mãe, quando eu ia, ela ia, fazia aquele escândalo. Quer dizer, que todo mundo ficou sabendo que ela era meu caso, porque não tinha jeito. Sabe? Não tinha jeito. (Dirce, 68 anos)

Ao identificar o papel da participante na dinâmica familiar, evidencia-se ainda a função de cuidadora, sendo que, nessa situação, somente uma minoria mora com as parceiras. A esse padrão relacional soma-se um achado recorrente quanto ao desenvolvimento da identidade lésbica: muitas participantes relataram uma descoberta tardia de sua orientação sexual, precedida por relacionamentos heteronormativos que incluíram namoros e casamentos, dos quais nasceram filhos. Em seus relatos, as entrevistadas descreveram de forma consistente experiências marcadas por solidão, culpa, dificuldades de expressão emocional e sentimentos de inadequação corporal, evidenciando uma jornada de autodescoberta caracteristicamente solitária.

Quanto às configurações familiares contemporâneas das entrevistadas, observa-se significativa diversidade estrutural. Algumas residem com seus filhos, outras com parceiros por necessidade, ou com parentes que exercem funções de cuidado, havendo ainda arranjos caracterizados por parcerias amorosas afirmativas. Em virtude de ambientes familiares com conflitos e rejeições, e da insegurança causada pelo isolamento e silêncio familiar, as entrevistadas demonstram o sofrimento pessoal pela rejeição vivida desde a infância até a idade adulta. Apesar do enfrentamento e do empoderamento pessoal que lhes permitiu viver suas vidas com suas parceiras, ainda é possível identificar dificuldades na interação permanente de membros da família com companheiras no mesmo ambiente doméstico — dificuldade

que se traduz em uma distância profunda entre a família e a vivência afetiva com a companheira. É justamente sobre essa distância entre a expectativa familiar e a experiência vivida do próprio corpo e desejo que se debruça a categoria seguinte.

Categoria 3: Quem sou e o que querem que eu seja

A terceira categoria analisa como as entrevistadas percebem a si mesmas, sua relação com o próprio corpo e seu processo de identificação de gênero. Também examina suas vivências afetivo-sexuais, destacando as barreiras de preconceito e discriminação enfrentadas em diferentes momentos. O processo de reconhecimento da sexualidade lésbica foi frequentemente acompanhado por sentimentos de inadequação em relação à aparência, manifestando-se em conflitos e sofrimentos que afetavam desde tarefas cotidianas, como a escolha do vestuário, até diversas situações de interação social.

Não entendo ..., mas a minha infância toda foi assim. Sempre brinquei com menino... e eu sempre usei short, nunca usei saia. Às vezes usei saia num casamento ..., mas não gostava e misturava com tudo. Mas sempre aquela coisa que eu não sabia o que era e o que não era. Na minha época isso não era muito ventilado, não era aceito. (Thais 71 anos)

Os relatos evidenciam que as entrevistadas inicialmente resistiram à aceitação de sua orientação sexual lésbica, manifestando sentimentos de inadequação e dificuldade de compreensão em relação ao próprio corpo e desejos. Na ausência de informações e referências durante a infância e adolescência sobre suas experiências afetivas, muitas optaram por estabelecer relacionamentos heteronormativos, incluindo namoros e casamentos, como estratégia de adequação às expectativas sociais e familiares.

Eu também não me sentia muito à vontade nessa situação. Sempre que eu me via interessada por alguma menina... Não precisava que ninguém viesse a criar alguma espécie de problema comigo... Eu mesma não aceitava... Eu brigava comigo por conta disso... É por conta de um pai que eu tinha... Até hoje a gente ainda enfrenta situações delicadas, enfim... E isso tudo sempre me segurou, me prendeu muito... Então os meus relacionamentos sempre foram com homens. (Gabriela, 65 anos)

Muitas buscaram se adequar às expectativas sociais, casando-se com homens e tendo filhos, na tentativa de cumprir o papel tradicionalmente esperado da mulher. Posteriormente, ao reconhecerem sua homossexualidade, enfrentaram confrontos

com a família de origem, atravessando um período marcado por rejeições, críticas e manifestações de preconceito.

Minha mãe sempre tinha críticas absurdas aos sapatos da época. E eu me lembro, ... quando falou da Cassandra Rios, a mamãe odiava a Cassandra Rios. A mamãe a achava uma pervertida. E eu ficava naquele negócio de achar as meninas lindas. E como é que eu vou ser pervertida? ... Eu adorava brincar de carrinho, forte apache, jogava futebol. Eu era um garoto mesmo... (Luciana, 65 anos)

Para conseguir viver seus relacionamentos lésbicos, as entrevistadas desenvolveram estratégias de dissimulação, que incluíam fornecer informações imprecisas sobre seus destinos e companhias, evitando assim questionamentos e cobranças por parte de familiares. Na busca por pares, embora enfrentassem diversas barreiras iniciais, estas eram significativamente reduzidas ao estabelecerem contato com outras mulheres lésbicas.

Aí eu já falava pro meu ex-marido que eu ia dormir na casa dela. ... Onde elas foram me levar? No Ferro's Bar. Ah, que delícia! Eu fui! Mas imagina... Ela só fala pra mim assim, ah, nós vamos lá, meninas com menina... Aí ela falava assim: mas não se preocupe, porque elas não mexem com ninguém. Eu não estava com medo, mas eu via que eu era paquerada, mas eu só ficava de olho. Eu falava assim, ai meu Deus do céu. Mas eu achava legal. (Diva, 68 anos)

Os relatos evidenciam estratégias adotadas para contornar o controle social sobre a expressão da sexualidade. Essas memórias, embora remetam a períodos de adversidade, são hoje ressignificadas com humor pelas entrevistadas ao refletirem sobre os desafios enfrentados. As participantes, em sua maioria, relatam vínculos afetivos duradouros, consolidados através do companheirismo e da cumplicidade, permanecendo até a fase da velhice.

Eu moro com uma outra pessoa, uma outra mulher, de 35 anos. Em todos os lugares, eu nunca fui sozinha, sempre estive com ela. Todo mundo que me conhece, conhece ela... (Zilma, 63 anos)

As entrevistas revelaram, ainda, recorrentes relatos de baixa autoestima e dificuldades na aceitação da sexualidade, evidenciando barreiras persistentes em relação à identidade sexual e gerando sentimentos de descontrole. Durante a adolescência, a maioria das participantes relatou dificuldades na percepção de seus corpos e de sua sexualidade, sendo que algumas mencionaram ter compreendido

seus “impulsos lésbicos” apenas posteriormente, na idade adulta. Grande parte das entrevistadas identificou sua orientação sexual tardiamente, atribuindo esse atraso à percepção gradual de uma divergência entre sua sexualidade e os padrões heteronormativos — percepção que permaneceu nebulosa durante o período da juventude. Essa inadequação corporal e social, recorrente nos relatos, revela a extensão do sofrimento emocional e do isolamento vividos, e a necessidade de dar sentido à confusão de sentimentos entre aquilo que era permitido e aquilo que era proibido. Se essa categoria trata do conflito entre identidade e expectativa individual, a próxima amplia essa análise para as camadas sociais que se sobrepõem a essa mesma identidade.

Categoria 4: Sendo mulher e sendo lésbica

Esta categoria analisa as narrativas das L60+ sob a ótica das interseccionalidades de gênero, orientação sexual, idade e raça, com atenção à percepção das participantes sobre a amplificação e a diferenciação de obstáculos diante dessas interseccionalidades. Na análise da interseccionalidade entre gênero e idade, observou-se um padrão inesperado: a ausência de relatos negativos relacionados ao envelhecimento. As narrativas sobre idade emergiram predominantemente em contexto positivo, associadas à maior maturidade e à liberação da necessidade de ocultação da identidade.

Não tenho dificuldades com nada. Então você pode dizer para mim que o fato de a mulher ser mais idosa... ela tem uma liberdade de ser aquilo que ela é... porque esses grilhões também foram soltos.... (Gabriela, 65 anos)

Quanto à interseccionalidade entre gênero e orientação sexual, a condição simultânea de ser mulher e lésbica intensifica o sofrimento vivenciado, manifestando-se tanto nas dificuldades associadas a atividades do micro cotidiano (escolhas de vestuário, preferências lúdicas), como nas pressões sociais relacionadas à maternidade, à expectativa por estabelecer relacionamentos heteroafetivos e a decisões profissionais. Em algumas narrativas, episódios de ansiedade e depressão são mencionados em contextos marcados pela ausência de referências com as quais as participantes pudessem se identificar.

Não entendo ..., mas a minha infância toda foi assim. Sempre brinquei com menino... e eu sempre usei short, nunca usei saia. Às vezes usei saia num casamento ..., mas não gostava e misturava com tudo. Mas sempre aquela coisa que eu não

sabia o que era e o que não era. Na minha época isso não era muito ventilado, não era aceito. (Thais 71 anos)

Aliás, até aos 15 anos eu tinha dois, três namorados ... que iam comigo jogar vôlei. Então, assim, não tive namoro sério, era tudo namorico. E depois, com 16 anos, eu parei de me namorar quando eu me encontrei. Então, só ia amigo meu em casa. Minha avó falava, você só pode sair com o namorado. (Sonia, 68 anos)

Em relação à interseccionalidade entre gênero e raça, uma das entrevistadas enfatizou as dificuldades enfrentadas por ser mulher negra no ambiente profissional.

O fato de ser mulher é um e ser negra são dois. O “combo” é maior ainda. ... Porque parece que é um estigma que a mulher negra tem. Ela resiste a mais dores, ... ela resiste ao cansaço, ela resiste a tudo, ela é muito mais resistente a tudo que as pessoas acham. E às vezes a gente acaba até achando também que é mesmo, porque é de tanto que os outros acham. (Beatriz, 62 anos)

Na busca por compreender sua sexualidade, muitas mulheres iniciaram suas trajetórias frequentando espaços onde poderiam encontrar outras lésbicas, com o intuito de construir uma compreensão coerente de suas experiências. Para a maioria das participantes, a interseccionalidade mais evidente foi a entre gênero e orientação sexual, revelada por uma constante autovigilância ao longo da vida, manifestada pelo cuidado minucioso com o próprio comportamento — incluindo postura, vestimenta, fala, expressões faciais e a necessidade de ocultar a orientação sexual. Uma outra interseccionalidade importante surgiu na interseção entre gênero e raça, em que a identificação com a comunidade negra evidenciou tanto os legados históricos da escravidão quanto as formas contemporâneas de discriminação social e no mercado de trabalho.

Contrariando as expectativas iniciais da pesquisa, o marcador social de idade constituiu-se como catalisador importante para a emancipação social das entrevistadas, especialmente através da conquista de autonomia pessoal e independência financeira no período da aposentadoria. Ainda mais relevante, o envelhecimento emerge como um período favorável à visibilidade, proporcionando sensações de alívio e libertação pessoal. Nas pesquisas que envolvem a questão de gênero, ser mulher por si só traz consigo atravessamentos como a subordinação, dificultando que suas vozes pudessem ser ouvidas; ao se identificarem como lésbicas, passaram a ocupar uma posição ainda mais marginalizada diante das normas

heteronormativas que estruturavam as expectativas dirigidas às mulheres. A solidificação dos projetos pessoais, financeiros e profissionais que ocorre com o decorrer da idade possibilitou, no entanto, maior estabilidade emocional frente a um maior empoderamento — movimento que, como se verá a seguir, convive de forma paradoxal com estratégias de invisibilidade construídas ao longo de toda a vida.

Categoria 5: Desaparecendo para existir

Essa categoria examina a relação entre lesbianidade e os fenômenos de visibilidade e invisibilidade social. As entrevistadas relatam experiências dicotômicas: por vezes enfrentam uma invisibilidade socialmente imposta, enquanto em outros momentos optam deliberadamente por não serem vistas, como estratégia de autoproteção. Paralelamente, manifestam o desejo de serem reconhecidas em sua integralidade, embora esse anseio por visibilidade frequentemente venha acompanhado de angústia e experiências de discriminação.

Você ficou quieta, realmente você ficou oprimida e permaneceu assim. (falando dela mesma) É, durante muito tempo, durante uns 30 anos, sabia... Sabia daquilo que tinha dentro de mim, mas não podia trocar isso com ninguém. (Gabriela, 65 anos)

No contexto da invisibilidade descrita, observa-se que as famílias adotam uma postura de evitação do tema. Ademais, uma análise minuciosa do corpus textual revela um aspecto singular: algumas entrevistadas expressam percepções aparentemente positivas ao afirmar que “se nada é dito, então está tudo bem”, evidenciando um padrão de silenciamento familiar.

Teoricamente, eu acho que todo mundo sabe, mas diretamente, eu não converso, nunca conversei sobre isso, nem falo o que sou, o que não sou, o que faço, o que não faço, mas fica implícito para todo mundo na família. (Zélia, 63 anos)

As narrativas frequentemente expressam ansiedade e receio quanto à exposição social, revelando a invisibilidade como estratégia recorrente nas relações interpessoais.

Eu converso muito com a G. ... Porque é assim, ela se descobriu agora. Ela acha que ela pode sair falando pra todo mundo. Eu falei, não é assim. Se você fizer isso, as pessoas não vão te respeitar. Você tem que se impor. Você não tem que falar nada pra ninguém. Ninguém tem tempo pra entrar na sua vida pra saber nada sobre você. ... Não tem como impor respeito. Se essa pessoa vier depois falar alguma bobagem... você tá se escondendo. Então, toma muito cuidado... (Cláudia, 63 anos)

Em contraste com essas experiências mais tensas, diversas entrevistadas indicaram que a invisibilidade social perdeu relevância com o processo de envelhecimento.

Eu sou uma pessoa até mais feliz do que sempre fui... Isso me faz muito bem. E hoje eu não tenho nenhuma preocupação quanto a isso... Eu quero vestir tal roupa... eu visto... Não importa... se alguém vai achar que está feio... que está bonito... Faço coisas para me agradar. Então você pode dizer para mim que o fato de a mulher ser mais idosa... ela tem uma liberdade de ser aquilo que ela é... porque esses grilhões também foram soltos. (Gabriela, 65 anos)

A análise das entrevistas revelou, assim, dois padrões distintos de invisibilidade: uma invisibilidade autoimposta, como mecanismo de proteção, em que as entrevistadas deliberadamente ocultavam suas identidades sexuais do meio social; e uma forma de agressão silenciosa, caracterizada pela negligência do entorno social em abordar a sexualidade lésbica, mesmo diante de indicações evidentes da sua existência. Em ambos os casos, manifestaram-se sentimentos predominantes de inadequação e angústia, com medo e ansiedade emergindo de forma significativa em contextos de exposição familiar, intrinsecamente relacionados à invisibilidade. As participantes descreveram ambientes familiares marcados por rigidez e reticência, caracterizados pela ausência de diálogo e presença de repressão. Destaca-se que o impacto emocional da invisibilidade durante a infância e a adolescência apareceu nos relatos como mais intenso em comparação com o período da velhice.

A visibilidade lésbica, por sua vez, foi raramente abordada pelas entrevistadas em seus relatos. Quando mencionada, estava predominantemente associada a espaços específicos como bares, boates e ambientes sociais que propiciavam maior liberdade de expressão. Estes locais foram identificados como pontos de encontro onde se estabeleciam conexões com outras lésbicas, constituindo assim uma rede de apoio significativa — sendo notável que ambientes familiares ou profissionais não integravam essa rede de suporte durante a juventude das entrevistadas. É justamente sobre os limites dessa rede, construída fora do círculo familiar, que se debruça a última categoria analítica.

Categoria 6: Percebendo os limites da rede de apoio

A formação de redes entre pares emergiu como suporte essencial para consolidar a identidade lésbica e desenvolver consciência política. O Ferro's Bar,

mentionado nas narrativas como espaço de sociabilidade lésbica em São Paulo, exemplifica essa dinâmica.

“Você só tinha o Ferro’s Bar, na década de 70... Você tinha o Dani, que era boate de viração, de gay, de lésbica, de tudo. E você tinha o Nostro Mundo, que é boate de show. Só tinha esses três lugares, não tinha outro, entendeu? Depois é que veio o Buggy House, veio o Dinossauro, e outras boates, né? (Sonia, 68 anos)

No entanto, essa rede de amizade com pares parece se esvaír com o avançar dos anos, restringindo-se, nos relatos, ao contato por redes sociais, como o WhatsApp.

Eu tinha um círculo grande de amigos. É, eu mantenho mais pelo Zap, né? Se ver, a gente tá custando a se ver. Depois que inventaram o Zap, o contato ficou-se mais distante... (Zélia, 63 anos)

O isolamento físico e emocional parece predominar na fase do envelhecimento, quando a convivência se restringe às companheiras, filhos ou outros poucos familiares, em geral os que precisam de cuidado e sustento. Embora existam núcleos de atendimento com políticas públicas voltadas para o público de lésbicas, poucas são as que procuram esses serviços.

As seis categorias analisadas evidenciam, em conjunto, uma trajetória marcada pela repressão histórica, pela rejeição familiar, pelo conflito identitário, pela sobreposição de opressões e por estratégias oscilantes entre invisibilidade e busca de reconhecimento — trajetória que, na velhice, se depara com uma rede de apoio cada vez mais restrita. Compreender essa trajetória em profundidade requer, no entanto, um referencial teórico capaz de dialogar diretamente com as especificidades do envelhecimento lésbico, e não apenas com categorias gerais de gênero e sexualidade.

Diálogo com o referencial teórico

A obra de Andrea Moraes Alves (2010) constitui a referência mais próxima do objeto empírico deste estudo, por analisar, também a partir de entrevistas de história de vida, mulheres lésbicas entre 60 e 73 anos no Rio de Janeiro. Alves (2010), a partir da noção de “campo de possibilidades” de Velho (1994), sustenta que a inscrição geracional delimita formas historicamente disponíveis de vivenciar a homossexualidade feminina em diferentes épocas. Esse argumento reforça a necessidade de situar as narrativas das participantes L60+ no contexto sócio-histórico

da ditadura civil-militar-empresarial (1964-1985) e do contexto educacional marcado por controle ideológico e pela valorização de modelos familiares tradicionais associados a um modelo cristão (Piovezan & Fontoura Junior, 2015) e por normas heteronormativas que atravessaram as trajetórias LGBTI+ (Chaves & Britto, 2021), evidenciando por que a geração de mulheres nascidas entre as décadas de 1950 e 1960 experienciou a lesbianidade sob condições distintas das gerações mais jovens. Simões (2004), ao discutir a construção da identidade sexual a partir da perspectiva do curso da vida, questiona modelos que organizam as experiências homossexuais em etapas fixas e sequenciais. Para o autor, as trajetórias devem ser compreendidas de maneira dinâmica, considerando as experiências singulares e as condições históricas e culturais nas quais se desenvolvem. Essa perspectiva oferece sustentação teórica para a Categoria 3 (“Quem sou e o que querem que eu seja”), na qual as entrevistadas relatam a descoberta tardia da lesbianidade e experiências conjugais heterossexuais anteriores, interpretadas neste estudo à luz das condições sociais e históricas que atravessaram suas trajetórias. Ao discutir a construção retrospectiva das trajetórias, Alves (2010) mobiliza Bourdieu (1996) para pensar a narrativa como apresentação de si e retoma Lins de Barros (1998) ao compreender a velhice como um momento de criação, no qual a memória permite recuperar e ressignificar experiências ao longo do curso da vida. Essa perspectiva amplia o diálogo já estabelecido no artigo com a Teoria Sócio Construcionista de Gergen (1985), ao oferecer um instrumental específico sobre narrativa de si e envelhecimento.

Se Alves oferece o quadro geracional e temporal para compreender o envelhecimento lésbico, Adrienne Rich e Monique Wittig contribuem com a análise estrutural dos mecanismos políticos que produziram, para essa mesma geração, a necessidade de dissimulação e de adaptação heteronormativa relatada na Categoria 3. Nessa perspectiva, Rich (2010) compreende a heterossexualidade não como um dado natural, mas como uma instituição política, “imposta, administrada, organizada, propagandeada e mantida por força” (p. 35), que contribui para a subordinação das mulheres. A autora propõe o conceito de continuum lésbico, um espectro de experiências de identificação entre mulheres que ultrapassa o contato sexual explícito e inclui redes de amizade, cuidado e apoio mútuo. Esse conceito ilumina teoricamente dois pontos do artigo: primeiro, os casamentos heteronormativos relatados por Thais, Gabriela, Luciana e Diva (Categoria 3) podem ser lidos como efeito direto da

heterossexualidade compulsória, e não como escolha; segundo, espaços de sociabilidade lésbica como o Ferro's Bar (Categoria 6) podem ser compreendidos como manifestações concretas do continuum lésbico descrito por Rich.

Monique Wittig, em "O pensamento hétero" (WITTIG, 2022), caracteriza a heterossexualidade como um sistema social fundado na opressão das mulheres pelos homens (WITTIG, 2022, p. 37) e examina o papel dos mitos heterossexuais na circulação de conceitos apresentados como valores garantidos e essências eternas. A autora afirma que esse conjunto de mitos constitui um "sistema de signos que usa figuras de linguagem e por isso pode ser estudado politicamente" (Wittig, 2022, p. 52). Essa formulação fortalece teoricamente a discussão a seguir, ao oferecer uma chave conceitual para compreender a heterossexualidade como sistema social e as normas que a sustentam. No contexto discutido neste artigo, os manuais de Educação Moral e Cívica reforçavam modelos familiares tradicionais associados a um modelo cristão e contribuíam para a transmissão de papéis de gênero no currículo escolar, enquanto a censura estatal incidia sobre expressões de sexualidade consideradas desviantes, atingindo também representações lésbicas (Piovezan & Fontoura Junior, 2015). Chaves e Britto (2021) discutem, em perspectiva mais ampla, como a heteronormatividade atravessou as trajetórias de pessoas LGBTI+, associando-se a processos de invisibilização e silenciamento. Essa articulação complementa o argumento já construído com Butler (2014) sobre o gênero como construção.

Enquanto Rich e Wittig iluminam os mecanismos estruturais da opressão heterossexual, Crenshaw (1991) permite compreender como determinadas experiências podem permanecer marginalizadas quando categorias sociais como raça e gênero são analisadas isoladamente. Em sua análise das mulheres negras, a autora demonstra que discursos feministas e antirracistas podem produzir formas de apagamento quando não reconhecem adequadamente experiências situadas na interseção dessas categorias. Audre Lorde desloca esse olhar para as vozes situadas nas margens, enfatizando a experiência de mulheres atravessadas simultaneamente por relações de raça, gênero e sexualidade. Em *Irmã outsider*, Lorde (2019) discute a passagem do silêncio à linguagem e à ação como possibilidade de enfrentamento político da invisibilidade. Essa perspectiva dialoga diretamente com a Categoria 4 ("Sendo mulher e sendo lésbica"), em que o relato de Beatriz, mulher negra que narra a carga conjunta de racismo e lesbofobia, pode ser compreendido a partir da

articulação entre essas dimensões, sem reduzir sua experiência a qualquer marcador isolado. Lorde (2019) oferece, nesse sentido, uma chave de leitura situada para a articulação entre racismo, gênero e lesbianidade, complementando a abordagem interseccional já mobilizada no artigo. Essa perspectiva também dialoga com a Categoria 5 ("Desaparecendo para existir"), na qual a tensão entre visibilidade e ocultamento aparece nos relatos das participantes. Silva (2010) contribui para compreender como preconceito, discriminação e exclusão produzem estigma e marginalização, enquanto Moretti-Pires e Grisotti (2022), em estudo sobre estudantes LGBTI+ no ensino médico brasileiro contemporâneo, mostram como a heteronormatividade, o currículo oculto e a vigilância podem produzir processos de invisibilização. Essas contribuições ajudam a interpretar o contraste encontrado nas narrativas entre o ocultamento da sexualidade como estratégia de proteção e a invisibilização produzida pelo silêncio do entorno social.

Nessa mesma linha interseccional, mas a partir de um campo empírico distinto, Simone Brandão Souza, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, oferece uma contribuição conceitual — e não etária — ao artigo, já que sua produção enfoca lesbianidade, raça e encarceramento, não o envelhecimento ou o curso de vida (SOUZA, 2018). A autora mobiliza a categoria de "outsider" em sua análise das relações de inclusão, exclusão e estigmatização, para afirmar que "a identidade é relacional, pois se constrói na relação com o outro ao qual se atribui uma diferença constitutiva, reforçando determinada identidade enquanto se nega e se exclui a outra identidade" (Souza, 2018, p. 136). Esse conceito oferece um instrumental complementar para a análise da estigmatização e da exclusão social relatadas ao longo das seis categorias do estudo, especialmente na intersecção entre raça e lesbianidade já mencionada na Categoria 4.

À luz desse referencial ampliado — que articula a perspectiva geracional de Alves, a crítica estrutural de Rich e Wittig, e a leitura interseccional de Lorde e Souza —, é possível avançar para a discussão dos achados à luz do contexto sócio-histórico vivenciado por essas mulheres.

Discussão

A pesquisa identificou padrões recorrentes de preconceito e discriminação nas experiências sociais, familiares e pessoais das participantes, revelando um constante desalinhamento com as expectativas tradicionais impostas às mulheres. O contexto

da ditadura militar brasileira exerceu forte influência sobre o sistema educacional, impondo disciplina rígida e um modelo tecnicista que restringiu a formação cultural e aprofundou a marginalização profissional (Covre, 1983). No entanto, o tema da ditadura surgia raramente de forma espontânea durante as entrevistas, pois as questões políticas eram pouco discutidas nas famílias e somente foram compreendidas pelas entrevistadas posteriormente.

A esse fator opressor somou-se uma educação escolar atravessada por valores morais conservadores. No período da ditadura, os manuais de Educação Moral e Cívica reforçavam modelos familiares tradicionais associados a um modelo cristão e contribuíam para a transmissão de papéis de gênero no currículo escolar (Piovezan & Fontoura Junior, 2015). Paralelamente, a censura estatal incidia sobre expressões de sexualidade consideradas desviantes, atingindo também representações lésbicas, associadas pelos censores à obscenidade, à ameaça à família e à violação da moral e dos bons costumes (Piovezan & Fontoura Junior, 2015). Chaves e Britto (2021) mostram que a heteronormatividade atravessou as trajetórias de pessoas LGBTI+, associando-se a experiências de invisibilização, isolamento e silenciamento.

Essa configuração fomentou um distanciamento emocional persistente nas famílias, marcado pela invisibilidade da sexualidade das mulheres lésbicas. Tal invisibilidade se expressa em um silêncio mútuo, tanto por parte dos familiares quanto das próprias mulheres, sendo este último um mecanismo estratégico de autoproteção diante do preconceito e da rejeição.

Os achados sobre o silêncio e a invisibilidade dialogam com Rich (2010), para quem a heterossexualidade compulsória se sustenta, entre outros mecanismos, pela invisibilização da existência lésbica e pela apresentação da heterossexualidade como horizonte presumido para as mulheres. Ao analisar os processos históricos e institucionais de regulação da sexualidade feminina, Rich (2010) mostra que a heterossexualidade compulsória opera na organização social, nas instituições e nas relações familiares, produzindo um regime de coerção que naturaliza o desejo heterossexual e marginaliza outras formas de existência. Essa formulação permite compreender o silêncio familiar identificado no estudo não apenas como ausência de diálogo, mas como parte de um contexto social que dificultava o reconhecimento da lesbianidade, tornando a heterossexualidade um destino presumido e socialmente exigido para as mulheres. Nesse contexto, a invisibilização pode operar como uma

forma de violência simbólica e social, na medida em que dificulta o reconhecimento da identidade e do pertencimento das mulheres lésbicas.

Nas esferas familiar e social, essa invisibilidade evidencia o arraigamento dos preconceitos que sustentam o silenciamento dessas identidades, provocando uma marginalização que impõe às mulheres lésbicas um estado constante de vigilância e autocensura em suas relações afetivas. A conformidade inicial com normas heteronormativas — manifestada em relacionamentos heterossexuais — revela a pressão social e a busca por aceitação em uma sociedade que ainda desvaloriza o amor entre mulheres. Solnit (2017) ressalta, nesse sentido, a necessidade de reconhecer e valorizar a pluralidade das experiências lésbicas para romper esse ciclo de invisibilidade e promover uma aceitação genuína da diversidade sexual.

A pesquisa adotou uma perspectiva interseccional, fundamentada em Crenshaw (1991) e desenvolvida no campo dos estudos de interseccionalidade por Cho et al. (2013). Como recurso metafórico para representar o entrelaçamento dos diferentes marcadores sociais, recorre-se à imagem do tear presente em *A moça tecelã*, de Colasanti (2004), em que os fios se entrelaçam continuamente para compor o tecido da realidade social. Sob esse prisma, o estudo identificou a lesbianidade como dimensão central das experiências de discriminação relatadas, sem desconsiderar que raça, religião, classe social e geração também atravessam essas experiências e podem produzir formas distintas de reconhecimento, marginalização e silenciamento. A contribuição de Crenshaw (1991) é particularmente pertinente para compreender como experiências situadas na interseção de diferentes categorias podem ser marginalizadas quando esses marcadores são tratados de forma isolada. Nesse sentido, a experiência de Beatriz, mulher negra e lésbica, não pode ser compreendida adequadamente pela análise separada do racismo e da lesbofobia.

A perspectiva interseccional adotada também permite considerar que essas experiências são construídas em contextos institucionais e relacionais nos quais diferentes dimensões da identidade se articulam. DeFrancisco e Palczewski (2007) enfatizam que a comunicação participa da constituição do gênero e que as identidades interseccionais são produzidas e restringidas em diferentes contextos sociais e institucionais, incluindo família, educação e religião. Após a revelação da identidade lésbica, as famílias geralmente permanecem em silêncio, sem manifestações claras de aceitação ou rejeição, o que contribui para a invisibilização social e reforça

questões fundamentais sobre o papel da mulher na sociedade. Esse silêncio pode ser compreendido no contexto histórico mais amplo de repressão e controle da sexualidade durante a ditadura, já discutido neste estudo a partir de Piovezan e Fontoura Junior (2015), sem pressupor que as experiências de ocultamento tenham assumido uma forma única entre as mulheres lésbicas.

Em síntese, a análise revelou quatro sobreposições históricas centrais que marcaram as trajetórias das entrevistadas: o gênero e suas limitações sociais; a sexualidade lésbica pautada pela discriminação; a influência dominante do catolicismo; e o contexto da ditadura militar. Essas dimensões interagem continuamente, reforçando as opressões vividas.

A perspectiva interseccional permite compreender como diferentes relações de poder se articulam em contextos específicos, enquanto a discussão sobre as regulações de gênero e a heterossexualidade compulsória oferece elementos para compreender como essas relações atravessam os corpos, os desejos e as identidades. Nesse sentido, Butler (2014) contribui para compreender como as regulações de gênero estabelecem normas de inteligibilidade para corpos, desejos e identidades, enquanto Rich (2010) evidencia o caráter socialmente imposto e mantido da heterossexualidade compulsória. No presente estudo, essa articulação contribui para compreender como as expectativas heteronormativas e as experiências de discriminação atravessaram as possibilidades de expressão dos desejos e da identidade lésbica das participantes (Cho et al., 2013; Butler, 2014; Rich, 2010).

Considerações finais

Este estudo investigou como a orientação sexual atravessa a trajetória de mulheres lésbicas 60+, em interação com marcadores sociais interseccionais como gênero, idade e raça. A análise revelou que a orientação sexual é um fator central, impactando suas vidas desde a infância até a velhice e gerando discriminações no âmbito familiar, escolar e profissional. O contexto da ditadura militar intensificou essa repressão, influenciando a educação e as escolhas profissionais dessas mulheres, agravando seu silenciamento e invisibilidade social.

A principal contribuição da pesquisa foi dar voz e visibilidade a essas mulheres, historicamente silenciadas e marginalizadas, desmistificando estereótipos e

reconhecendo sua humanidade plena para além das categorias limitantes impostas pela sociedade.

Referências

ALMEIDA, Guilherme Silva de. **Da invisibilidade à vulnerabilidade**: percursos do "corpo lésbico" na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids. 2005. 344 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ALVES, Andrea Moraes. Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 213-233, jul./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/3jRy8yYzMt3zWYr9XYLmN6b/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2026.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>. Acesso em: 16 set. 2026.

CHARMAZ, Kathy. Grounded theory in global perspective: reviews by international researchers. **Qualitative Inquiry**, v. 20, n. 9, p. 1074-1084, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077800414545235>.

CHAVES, Mariluce Vieira; BRITTO, Marcos Corrêa de. As várias faces da violência. In: REBELLATO, Carolina; GOMES, Margareth Cristina de Almeida; CRENITTE, Milton Roberto Furst (org.). Introdução às velhices LGBTI+. Rio de Janeiro: Fólio Digital, 2021. p. 100-107. DOI: <https://doi.org/10.24328/2021/92908.00/12>.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé Williams; MCCALL, Leslie. Toward a field of intersectionality studies: theory, applications, and praxis. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, Chicago, v. 38, n. 4, p. 785-810, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1086/669608>.

COLASANTI, Marina. A moça tecelã. São Paulo: Global, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). Resolução nº 001, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. **Brasília, DF: CFP**, 1999. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em: 16 set. 2026.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **A fala dos homens**: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981). São Paulo: Brasiliense, 1983.

CRENSHAW, Kimberlé W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>.

DEFRANCISCO, Victoria Pruin; PALCZEWSKI, Catherine Helen. **Communicating gender diversity**: a critical approach. Thousand Oaks: Sage, 2007.

FACCHINI, Regina. **"Sopa de letrinhas"?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FERNANDES, Marisa. O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil. **Revista Cult**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/>. Acesso em: 16 set. 2026.

GERGEN, Kenneth J. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.40.3.266>.

HSIEH, Ning; LIU, Hui. Social relationships and loneliness in late adulthood: disparities by sexual orientation. **Journal of Marriage and Family**, v. 83, n. 1, p. 57-74, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/jomf.12681>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: população por idade e sexo: pessoas de 60 anos ou mais de idade: resultados do universo: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102038.pdf>. Acesso em: 16 set. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 29 nov. 2023b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos>. Acesso em: 16 set. 2026.

LAMPE, Nik M. *et al.* Health disparities among lesbian, gay, bisexual, transgender, and queer older adults: a structural competency approach. **International Journal of Aging & Human Development**, v. 98, n. 1, p. 39-55, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/00914150231171838>.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3411>. Acesso em: 16 set. 2026.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: LINS DE BARROS, Myriam Moraes (org.). *Velhice ou terceira idade?: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 113-168.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MARTINEZ, M. E. *et al.* Mental health and social connection among older lesbian and bisexual women. **International Psychogeriatrics**, v. 36, n. 9, p. 808-817, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1041610223004453>.

MARTINHO, Míriam. **Memória Lesbiana**: 43 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção. Um Outro Olhar, [S. l.], 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html>. Acesso em: 16 set. 2026.

MASA, Rainier *et al.* Mental health of older adults by sexual minority status: evidence from the 2021 National Health Interview Survey. **Journal of Applied Gerontology**, v. 43, n. 3, p. 276-286, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/07334648231203838>.

MCPARLAND, J. C.; CAMIC, P. M. Psychosocial factors and ageing in older lesbian, gay and bisexual people: a systematic review of the literature. **Journal of Clinical Nursing**, v. 25, n. 23-24, p. 3415-3437, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/jocn.13251>.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio; GRISOTTI, Marcia. O lugar (do) errado: discriminações contra lésbicas, gays e mulheres bissexuais no ensino médico. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 31, n. 3, e180349pt, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902022180349pt>.

NOY, Chaim. Sampling knowledge: the hermeneutics of snowball sampling in qualitative research. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 11, n. 4, p. 327-344, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/13645570701401305>.

OLIVEIRA, Guilherme Sacheto *et al.* Método bola de neve em pesquisa qualitativa com travestis e mulheres transexuais. **Saúde Coletiva**, Barueri, v. 11, n. 68, p. 7581-7588, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i68p7581-7588>.

PIOVEZAN, Adriane; FONTOURA JUNIOR, Antonio. Corpos censurados: moralismo no período da ditadura civil-militar e a literatura de Cassandra Rios. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 7., 2015, Maringá. *Anais do VII Congresso Internacional de História*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 2407-2417. DOI: 10.4025/7cih.pphuem.727.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas: Estudos Gays – Gêneros e Sexualidades**, Natal, v. 4, n. 5, p. 17-44, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 16 set. 2026.

SILVA, Mariah Rafaela; JACOBO, Jaya. Global South perspectives on Stonewall after 50 years, part I – south by south, trans for trans. **Contexto Internacional**, v. 42, n. 3, p. 665-683, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019420300007>.

SILVA, Sérgio Gomes da. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 556-571, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000300009>.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (org.). Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 415-447.

SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. Tradução de Denise Bottmann. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 200 p.

SOUZA, Simone Brandão. Teorias lésbicas contemporâneas e a arte como ativismo e potência de resistência e visibilidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 134-143, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/download/26648/16099/93216>. Acesso em: 10 set. 2026.

STINCHCOMBE, Arne *et al.* Physical and mental health inequalities among aging lesbian, gay, and bisexual Canadians: cross-sectional results from the Canadian Longitudinal Study on Aging (CLSA). **Canadian Journal of Public Health**, v. 109, n. 5-6, p. 833-844, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17269/s41997-018-0100-3>.

VALE, M. T.; BISCONTI, T. L. Risk and resilience: highlighting minority stress in a lifespan sample of sexual minorities. **Innovation in Aging**, v. 6, supl. 1, p. 386-387, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1093/geroni/igac059.1523>.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 16 set. 2026.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução de Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

FROM SILENCING TO FREEDOM:
Trajectories of Older Lesbian Women

Abstract

The lifelong experience of facing prejudice has significantly impacted the personal choices and life projects of lesbian women over 60 years old. These women contend not only with stigma, discrimination, and invisibility but also with the intersectionality of gender, age, sexual orientation, and race. This article presents findings on the sexual identity of lesbians aged 60+ and its influence on their personal trajectories and life plans. To this end, a study was conducted aiming to describe and analyze the personal trajectories of these women in light of their historical contexts and the multiple intersecting experiences they encountered throughout their lives. Narrative interviews were conducted, focusing on events deemed significant by the participants and the impact of their sexual identity on the outcomes of these events. The data analysis was based on the principles of Grounded Theory. Against the backdrop of the participants' experiences during Brazil's civil-military-business dictatorship, between 1964 and 1985, the analyses revealed discrimination, invisibility, and prejudice as elements that permeated different dimensions of their life trajectories.

Keywords

Women; Lesbians; Elderly; Personal Trajectory.

Agradecimentos: não se aplica.

Agência financiadora: não se aplica.

Contribuições das pessoas autoras: Monica Franco Camargo 1: Conceituação; Metodologia; Investigação; Curadoria de dados; Análise formal; Redação — rascunho original. Elisa Maria Barbosa de Amorim Ribeiro : Orientação; Supervisão e revisão. Marco José de Oliveira Duarte: Co-orientação e revisão. Maria Angela Mattar Yunes: Co-orientação e revisão. Todas as pessoas autoras aprovaram a versão final do manuscrito e assumem responsabilidade pelo seu conteúdo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: CAAE 75000923.0.0000.5289

Conflito de interesses: inexistência de conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: foi utilizada a ferramenta Perplexity Pro no ano de 2025 com a finalidade de: revisão gramatical, melhoria de clareza textual, apoio à programação, organização de tópicos, tradução preliminar etc. A ferramenta não foi utilizada para substituir a análise crítica, a interpretação dos resultados ou a formulação das conclusões. Todo o conteúdo gerado ou revisado com apoio de inteligência artificial foi conferido pela pessoa autora que assina esta carta, que assume integral responsabilidade pela precisão, originalidade e integridade do trabalho final.

Pessoa autora correspondente: Monica Franco Camargo, Universidade Salgado de Oliveira Universo, mocamargo.1961@gmail.com Rua Vinte e cinco A casa 2, quadra 79 lote 2, Barroco Maricá - RJ Cep 24936-440

Recebido em: 31/07/2025

Aceito em: 06/10/2026